

# FICHA TÉCNICA DE LEGISLAÇÃO GERAL

**TÍTULO** ARMAS E MUNIÇÕES

**ASSUNTO** FISCALIZAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES

**FICHA N.º** 2.1

**DATA** OUT10

**REVISÃO**

**CLASS. SEG.** N/CLASS

## 1. ENQUADRAMENTO JURIDICO/LEGAL

### CONCEITOS E DEFINIÇÕES

- As armas e as munições classificam-se por classes, de A, B, B1 até G, em função do seu grau de perigosidade, do fim a que se destinam e do tipo de utilização que lhes é permitido.
- Definem-se como armas da classe A, um elenco de armas, acessórios e munições proibidas.
- Agrupam-se nas classes C e D as armas usualmente utilizadas na prática de actos venatórios e na prática de tiro desportivo.
- Cria-se uma nova classe de armas, a classe E, cuja utilização permitida na defesa de pessoas e bens, sem que daí decorra, pela sua utilização normal, qualquer perigo de lesão permanente para a vida ou integridade física do agressor.
- Altera-se o critério seguido para as armas eléctricas, limitando-se a capacidade a 200 mil volts.
- O presente diploma criou diversas licenças com base na classificação das armas, os fins a que as mesmas se destinam, bem como a justificação da sua necessidade, podendo ser concedidas licenças de uso e porte ou detenção do tipo B, B1, C, D, E, F, licença de detenção de arma no domicílio e licença especial.
- São estabelecidas regras claras de comportamento e normas de conduta a todos os possuidores e portadores de arma, com a consequente previsão de infracções.
- Cria-se um regime contra-ordenacional para punição de comportamentos ilícitos que se entenda não merecer reacção criminal.

### Legislação:

- Lei 17/2009 de 06 de Maio
- Código Penal
- Código Processo Penal
- Regime Geral das Contra-ordenações

**2. QUADRO RESUMO DE INFRACÇÕES**

<b>Situação</b>	<b>Tipificação</b>	<b>Pena</b>
O arguido detinha a(s) arma(s) x , classificada(s) como arma(s) da Classe E, nos termos do n.º7 do art.º 3.º ou arma(s) da Classe A, nos termos da al. d) e) f) g) h) i) j) do n.º2 do art.º 3º da Lei 17/2009 de 06 de Maio, sendo proibida a sua detenção, transporte, importação, guarda, compra, aquisição por qualquer título ou por qualquer meio ou a obtiver por fabrico transformação importação ou exportação usar ou trazer consigo, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente.	Al. d) do n.º 1 do art.º 86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias, nos termos da al. d) do n.º1 do art.º 86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.
O arguido detinha a(s) arma(s) x , classificada(s) como arma(s) da Classe B, B1, C, D, nos termos do n.º(s) 3,4,5 e 6, do art.º 3.º ou arma(s) da Classe A nos termos da al. l) m) o) p) do n.º 2 do art.º 3º da Lei 17/2009 de 06 de Maio, sendo proibida a sua detenção, transporte, importação, guarda, compra, aquisição por qualquer título ou por qualquer meio ou a obtiver por fabrico transformação importação ou exportação usar ou trazer consigo, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente.	Al. c) do n.º 1 do art.º 86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos ou com pena de multa até 600 dias, nos termos al. c) do n.º 1 do art.º 86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.
O arguido detinha a(s) arma(s) x , classificada(s) como arma(s) da Classe A, nos termos al. a) b) c) s) t) do n.º 2 do art.º 3.º da Lei 17/2009 de 06 de Maio, sendo proibida a sua venda, aquisição, a cedência, a detenção, o uso e o porte de armas, acessórios e munições da classe A, nos termos do n.º1 do art.º 4.º da mesma Lei.	N.º 1 do art.º 4º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos se as arma (s) pertencerem à al. a) do n.º 1 do art.º 86º e de 2 a 5 anos se pertencerem à al. b) do n.º 1 do art.º 86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.
O arguido detinha munição (s) de arma de fogo, a seguir indicadas: Definição (s) constante (s) do n.º3 do art.º 2.º Lei 17/2009 de 06 de Maio.	N.º 1 do art.º 86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa até 480 dias, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º

O arguido detinha Parte (s) de arma de fogo, a seguir indicada (s): Definição (s) constante (s) do n.º 2 do art.º 2.º Lei 17/2009 de 06 de Maio.		86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.
O arguido transportava, detinha, usava, distribuía, ou era portador, em recintos desportivos ou religiosos, em zona de exclusão, em estabelecimentos onde decorria manifestação cívica ou política, bem como em estabelecimentos ou locais de diversão, feiras e mercados, qualquer das armas previstas no n.º 1 do art.º 2º, bem como quaisquer munições, engenhos, instrumentos, mecanismos, produtos ou substâncias referidos no art.º 86º, sem estar especificamente autorizado por legítimo motivo de serviço ou pela autoridade legitimamente competente.	Art.º 89º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão até 5 anos ou com pena de multa até 600 dias, nos termos da al. d) do n.º 1 do art.º 86º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.
O arguido fazia uso e porte de arma sob efeito de álcool com uma TAS igual ou superior a 1,2g/l ou sob o efeito de substâncias estupefacientes e psicotrópicas ou produto com efeito análogo perturbador da aptidão física, mental ou psicológica, fora das condições de segurança previstas no art.º 41º	N.º 1 do art.º 45º conjugado com o n.º 1 do art.º 88º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 360 dias, nos termos do n.º 1 do art.º 88º
O arguido recusou ser submetido ao exame de pesquisa de álcool no sangue ou de outras substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, sendo portador de arma, pelo que foi detido, depois de ter sido devidamente advertido das consequências da recusa.	N.º 1 do art.º 45º da Lei 17/2009 de 06 de Maio, conjugado com o art.º 255º do CPP.	Tal facto é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias, nos termos do n.º 2 do art.º 348º do C. Penal.
O arguido vendia, cedia a qualquer título ou por qualquer meio distribuía, mediava uma transacção ou, com intenção de transmitir a sua detenção, posse ou propriedade, adoptava algum dos comportamentos previstos no art.º 86º, envolvendo quaisquer equipamentos, meios militares e material de guerra, armas engenhos instrumentos mecanismos, munições, substâncias ou produtos	N.º 1 do art.º 87º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos, nos termos do n.º 1 do art.º 87º

referidos no art.º 86º, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente.		
O agente é funcionário incumbido da prevenção ou repressão de alguma das actividades ilícitas previstas na Lei 17/2009 de 06 de Maio ou aquela coisa ou coisas destinavam-se, com o conhecimento do agente, a grupos, organizações ou associações criminosas ou o agente fazia destas condutas modo de vida.	N.º 2 do art.º 87º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos, nos termos do n.º 2 do art.º 87º
O arguido, ao ser submetido ao teste de alcoolemia quando detinha, fazia uso e porte de arma, transportava fora das condições de segurança previstas no art.º 41º, arma (s) classificada (s) como arma (s) da Classe x, apresentou uma TAS desde igual ou superior a 0,5g/l até 1,19g/l.	N.º 1 e n.º 2 do art.º 45º da Lei 17/2009 de 06 de Maio. <b>Contra-ordenação</b>	Tal facto é punido nos termos da alínea d) do art.º 99 da Lei 17/2009 de 06 de Maio, com uma coima de 700€ a 7000€
O arguido detinha, a(s) arma(s) x, classificada(s) como arma(s) da Classe A, nos termos da alínea n) do n.º 2 do art.º 3.º da Lei 17/2009 de 06 de Maio ou armas das classes F e G bem como munições de salva ou alarme, nos termos da al. ae) do n.º 3 do art.º 2ª do mesmo diploma, sem se encontrar autorizado, fora das condições legais ou em contrário das prescrições da autoridade competente, nos termos do artigo 97.º da Lei 17/2009 de 06 de Maio,	Art.º 97º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido nos termos do art.º 97º da Lei 17/2009 de 06 de Maio. com uma coima de 600€ a 6000€
O arguido é proprietário ou detentor de uma arma, podendo ser da classe B ou B1 e encontrava-se na posse de mais de 250 munições para cada uma das classes, nos termos do n.º 1 do art.º 34 da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	N.º 1 do art.º 34º da Lei 17/2009 de 06 de Maio. <b>Contra-ordenação</b>	Tal facto é punido na al. a) do n.º 1 do art.º 99º com uma coima de 250€ a 2500€
Titular de licença C ou D e detinha mais de 2000 munições para arma da classe D e mais de 250 munições para cada calibre das armas da classe C, nos termos do n.º 2 do art.º 35º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	N.º 2 do art.º 35º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido na al. a) do n.º 1 do art.º 99º com uma coima de 250€ a 2500€

O arguido é menor, com idade mínima de 16 anos e encontrava-se na prática de actos venatórios de caça sem estar acompanhado de quem exerce a responsabilidade parental ou estando na posse de autorização escrita deste, para o acto, não se encontrava acompanhado por pessoa habilitada com licença para a prática de acto venatório identificada naquela autorização ou possuindo autorização e estando acompanhado por pessoa habilitada com licença para a prática de acto venatório, a arma com que o menor caçava, não era da propriedade da pessoa mencionada naquela autorização.	Artigo 19º - A da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido na al. b) do n.º 1 do art.º 99º com uma coima de 500€ a 5000€
O arguido é possuidor de licença de detenção de arma no domicílio, tendo em sua posse, arma e respectivas munições, não cumprindo com o estipulado no n.º 3 do art.º 18º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	N.º 3 do art.º 18º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido na al. c) do n.º 1 do art.º 99º com uma coima de 500€ a 5000€
O arguido emprestou a terceiro inabilitado para as deter, arma da classe C e D, para o exercício da prática venatória ou treino de caça não cumprindo com o estipulado no n.º 1 do art.º 38º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	N.º 1 do art.º 38º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido na al. c) do n.º 1 do art.º 99º com uma coima de 500€ a 5000€
O arguido emprestou a arma sem ser a museu, por mais de 180 dias não cumprindo com o estipulado no n.º 3 do art.º 38º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	N.º 3 do art.º 38º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido na al. c) do n.º 1 do art.º 99º com uma coima de 500€ a 5000€
O arguido alterou as características das reproduções de armas de fogo para práticas recreativas.	N.º 2 do art.º 99º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido pelo n.º 2 do art.º 99º com uma coima de 500€ a 1000€
O arguido excedeu os limites de armas permitidas para a licença de uso e porte de que era titular, nos termos do art.º 32º.	Artigo 19º - A da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido na al. d) do n.º 1 do art.º 99º com uma coima de 500€ a 5000€
O arguido, sendo detentor de arma, deixou caducar a licença, tendo ou não, finalizado o prazo de validade da mesma, promovido a tramitação necessária à sua legalização.	N.º 1 do art.º 29º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Tal facto é punido no n.º 1 do art.º 99º - A com uma coima de 250€ a 2500€

O arguido ao ser fiscalizado, detinha consigo, arma de fogo, verificada a caducidade da licença de uso e porte, tendo ou não, finalizado o prazo de validade da mesma, promovido a tramitação necessária à sua legalização.	N.º 2 do art.º 99º da Lei 17/2009 de 06 de Maio.	Se as armas forem da classe F e G, é punido pelo art.º 97º. No que diz respeito às outras classes de armas, é punido pelo n.º 1 do art.º 86º como crime.
---	--	--

### 3. PROCEDIMENTOS

#### 3.1. Qual a primeira preocupação do militar da GNR, ao fiscalizar uma situação que se enquadra no regime jurídico das armas e suas munições?

Após abordar a situação, tem de ter em consideração se está perante um ilícito tipificado como contra-ordenação ou como crime.

#### 3.2. Supondo que deparou com uma situação de crime, previsto na Lei 17/2009 de 06 de Maio. Que expediente elaborar, perante o ilícito criminal?

Em virtude de ter sido constatada uma situação de crime em flagrante delito, há lugar à detenção do agente do crime e à apreensão dos objectos que serviram ou estivessem destinados à prática do crime. De acordo com a ocorrência, elabora-se:

##### 3.2.1. Auto de Notícia

O Auto de Notícia é elaborado de modo a dar conhecimento ao Tribunal dos factos ocorridos e da legislação infringida. Normalmente, é elaborado em triplicado, sendo o original enviado para tribunal, o duplicado enviado para o destacamento territorial e o triplicado fica no posto para consulta e arquivo.

##### 3.2.2. Constituição de Arguido

O detido é constituído arguido e, nos termos do art.º 58º do CPP, são-lhe lidos e explicados os seus direitos e deveres, consignados no art.º 61º do mesmo diploma.

##### 3.2.3. Termo de Identidade e Residência

Com a constituição de arguido, o detido tem de prestar, obrigatoriamente, Termo de Identidade e Residência, nos termos do art.º 196º do CPP.

##### 3.2.4. Tribunal

Caso o arguido não possa ser presente a juízo em tempo útil (prazo máximo de 48H), tem de ser restituído à liberdade e notificado, nos termos do art.º 385º do CPP, para comparecer no dia e hora perante o Ministério Público do tribunal que lhe for indicado.

##### 3.2.5. Notificação

Notificar o arguido de que pode apresentar testemunhas, em número não superior a cinco (5), nos termos do art.º 383º do CPP.

##### 3.2.6. Notificação para o Ministério Público

Dar conhecimento da detenção ao Ministério Público, através de Fax, fazendo referência no Auto de Notícia ao número de Fax, de acordo com o art.º 259º do CPP.

##### 3.2.7. Apreensões

Sempre que, por motivos justificados de acordo com o diploma legal das armas e suas munições, o agente de autoridade tenha que fazer a apreensão das armas, munições, licenças e manifestos, elabora auto de apreensão que posteriormente junta ao Auto para

enviar a tribunal. As apreensões efectuadas são realizadas de acordo com o art.º107º da Lei 17/2009 conjugado com o art.º 178º do CPP e validadas pela autoridade judiciária, no prazo máximo de setenta e duas horas.

### **3.2.8. Álcool/Substâncias estupefacientes ou outras**

De acordo com o art.º 46º da Lei 17/2009, no caso de se verificarem situações com álcool, o agente de autoridade tem de submeter o arguido a exame de pesquisa de álcool no ar expirado em aparelho aprovado, do qual é extraído talão comprovativo da quantidade de álcool no sangue. O talão retirado da máquina é *a posteriori* anexo ao Auto de Notícia.

Se a suspeita se reportar à existência de substâncias estupefacientes ou outras o exame é feito mediante análise ao sangue. Sempre que o resultado for positivo, deve o arguido ser notificado do resultado e das sanções que daí decorrem e ainda de que pode pedir contraprova por análise ao sangue.

## **3.3. Havendo responsabilidade contra-ordenacional, que expediente elaborar?**

### **3.3.1. Auto de Notícia por contra-ordenação**

Qualquer órgão de polícia criminal, exterior à PSP, que detecte um ilícito contra-ordenacional, elabora o auto de contra-ordenação e envia-o à PSP para instrução.

A instrução dos processos de contra-ordenação compete à PSP e a aplicação das coimas compete ao director nacional que, no entanto, pode delegar, de acordo com o previsto no art.º 106º da Lei 17/2009.

### **3.3.2. Notificações**

Nos termos do art.º 47º, do Dec. Lei 433/82, o arguido é notificado de todo o conteúdo do Auto de Notícia por Contra Ordenação.

É ainda notificado, em conformidade com o nº1 do art.º 50º- A, do Dec. Lei 433/82, e alínea a), nº 3, do art.º 58º, da mesma legislação, que pode efectuar o pagamento voluntário da coima pelo valor mínimo, no prazo máximo de dez dias.

Caso não pretenda efectuar o pagamento voluntário da coima, pode, nos termos do art.º 59º da legislação referida, interpor recurso de impugnação, por escrito no prazo de vinte dias, ao Exmo. Sr. Director Nacional da Policia de Segurança Publica.

Pode ainda, em caso de impossibilidade de pagamento tempestivo, comunicar o facto por escrito à entidade referida no parágrafo anterior.

### **3.3.3. Apreensões**

Sempre que, por motivos justificados de acordo com o diploma legal das armas e suas munições, o agente de autoridade tenha que fazer a apreensão das armas, munições, licenças e manifestos, elabora auto de apreensão que posteriormente junta ao Auto de contra-ordenação para enviar à PSP. As apreensões efectuadas, em virtude de se tratar de uma contra-ordenação, são realizadas de acordo com o art.º 48º-A do Dec. Lei 433/82.

Em caso de contra-ordenação, a apreensão é comunicada à respectiva entidade pública ou privada titular da arma, para efeitos de acção disciplinar e ou restituição da arma

### **3.3.4. Álcool/Substâncias estupefacientes ou outras**

De acordo com o art.º 46º da Lei 17/2009, no caso de se verificar situações com álcool, o agente de autoridade tem de submeter o arguido a exame de pesquisa de álcool no ar expirado em aparelho aprovado, do qual é extraído talão comprovativo da quantidade de álcool no sangue. O talão retirado da máquina é, *a posteriori*, anexo ao Auto de Notícia por contra-ordenação.

Se a suspeita se reportar à existência de substâncias estupefacientes ou outras, o exame é feito mediante análise ao sangue. Sempre que o resultado for positivo, o arguido deve

ser notificado do resultado e das sanções que daí decorrem e, ainda, de que pode pedir contraprova por análise ao sangue. Se a situação em causa é uma contra-ordenação, passa a crime de desobediência qualificada, se o agente da contra-ordenação se recusar a efectuar o teste solicitado pelo órgão de polícia criminal.

### **3.3.5. Termo de Entrega**

Em virtude de a instrução do processo se realizar junto da PSP, o agente responsável pela elaboração do Auto de contra-ordenação deverá elaborar um termo de entrega do material apreendido, para fazer fé junto da PSP e salvaguardar qualquer situação de possível extravio ou perda desse material.

### **Anotações:**